

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária. Atendendo à ausência do Presidente da Mesa e Primeiro Secretário, pela Segunda Secretária, Sílvia Soares, depois de verifica a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, por Sílvia Soares foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato: *por um período de trinta dias* – Alexandra Pereira Gonçalves, Carminda Maria Teixeira da Silva Marques, Raul Jorge Fernandes da Cunha, Maria José Pereira Gonçalves Marques e Isabel Maria Oliveira Gonçalves, eleitos pelo Partido Socialista (PS); José Augusto Pereira Rodrigues, do Partido Social Democrata (PSD) e Miguel Cabral Summavielle, eleito pela lista “Independentes Por Fafe” (IPF); *por um período de 60 dias* – Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira e Rita Simone Grandinho, eleitas pelos IPF, e *pelo período de 30-06-2011 a 07-07-2011*, Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU. -----

Comunicaram a substituição, pelo respectivo Secretário, o Presidente de Junta de Freguesia de Pedraído, e, pelo Tesoureiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e seis Membros. -----

-----Na sequência da ausência do Presidente da Mesa e do Primeiro Secretário, depois de reunir com os Líderes dos Partidos com representação na Assembleia Municipal, Sílvia Soares questionou a Assembleia se concordavam que fossem chamados para integrar a Mesa os Membros seguintes aos Membros faltosos, no sentido de evitar uma votação. Tendo a Assembleia concordado, por unanimidade, foram convidados para integrar a Mesa: Manuel Fernandes Cunha para exercer funções de Primeiro Secretário e Armindo Fernandes Tavares para exercer funções de Segundo Secretário. Presidiu à presente sessão Sílvia Soares. -----

-----Posteriormente, pela **Presidente da Mesa em exercício** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

De seguida, deu conhecimento da existência de quatro propostas apresentadas pelo CDS-PP, começando por ler a primeira relativa à aprovação de um voto de louvor aos três grandes campeões Luís Gonçalves, Jenyffer Nogueira e João Machado, que conquistaram a Medalha de Ouro no Campeonato Europeu de Atletismo para portadores de Síndrome de Down, aos seus responsáveis e treinadores e à Instituição – Cercifaf. Não havendo intervenções foi **colocado a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção.** -----

-----De seguida, procedeu à leitura da segunda proposta relativa à aprovação de um voto de louvor aos Atletas, Equipa Técnica e Direcção do Andebol Clube de Fafe e a todos quantos contribuíram para mais uma brilhante página do Andebol Clube de Fafe. Não havendo intervenções, **foi colocada a votação sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, passou à leitura da terceira proposta relativa à criação de um grupo de trabalho formado por um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal para análise conjunta da Reorganização Administrativa do País e apresentação de um relatório com recomendações à Câmara Municipal. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para mencionar que a proposta foi apresentada fora de tempo, uma vez que ainda não tinham sido definidos critérios e ainda não havia qualquer indicação do Governo. Terminou afirmando que nessas condições a aprovação de um grupo de trabalho nessa fase seria precoce e não se justificava, logo o PS ia votar contra. -----

-----De seguida interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para mencionar que a proposta não estava relacionada com a transição de Governos e que não deveria haver complexos na Assembleia. -----

Afirmou que era através da tolerância que se alimentava a consolidação da democracia. Explicou que com a presente proposta pretendiam apenas propor a criação de uma comissão de trabalho que podia ser muito útil à reorganização, salientando o grande número de freguesias no concelho. Afirmou, ainda, que era mais fácil votar um assunto que tinha sido previamente

trabalhado, fazendo votos que a reacção do PS na Assembleia não contribuísse para uma grande asneira no futuro. -----

Não havendo intervenções, foi **colocada a votação, sendo rejeitada, por maioria.** -----

-----Por fim, foi lida a quarta proposta relativa à aprovação de um voto de congratulação, apreço e reconhecimento a Laurentino Dias pelos seus relevantes serviços prestados, em nome do Governo de Portugal, em prol da Juventude e do Desporto Nacional, nas funções exercidas como Secretário de Estado da Juventude e Desporto. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, que começou por felicitar os Membros do PSD e CDS pela votação obtida no acto eleitoral para a Assembleia da República, no passado dia cinco de Junho. Associando-se à proposta apresentada, mencionou que também era pretensão do PS em apresentar algo parecido, salientando que a prestação de Laurentino Dias no Governo honrou o PS de Fafe e o concelho de Fafe. -----

Fez, ainda, votos de boa sorte aos deputados Fafenses, Laurentino Dias e Clara Marques Mendes, para o novo mandato. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria.** -----

Não havendo mais propostas, deu-se início ao **Período de Intervenções.** -----

-----Foi dada a palavra a **José Moura Azevedo**, eleito pelos IPF, que começou por questionar para quando estava previsto o início da construção do “Corredor Verde” junto ao Rio Ferro. -----

Solicitou ainda esclarecimentos sobre a resposta aos requerimentos apresentados em Assembleias anteriores sobre o saneamento e licenciamentos municipais. -----

----- De seguida, interveio **Fernando Marinho**, eleito pelos IPF, que voltou a focar a questão da legalidade de alguns regulamentos municipais em vigor na sequência da publicação de legislação sobre o licenciamento zero. -----

Lembrando as respostas dadas pelo Presidente da Câmara sobre o assunto, afirmou que estava convencido que alguns regulamentos como o da publicidade não respeitavam o estabelecido na lei, solicitando que a Câmara averiguasse sobre a sua legalidade. -----

Ainda no âmbito do licenciamento zero, elencou alguns dos procedimentos sobre publicidade que simplificavam o licenciamento. -----

Sobre a questão da parceria e lembrando as respostas do Presidente da Câmara em sessões anteriores onde não tinha ficado devidamente esclarecido, voltou a questionar sobre a existência ou não de estudos económico-financeiros e em caso afirmativo perguntou como poderia consultá-los. -----

-----Seguidamente, interveio **Américo Castro**, eleito pela CDU, que começou por lamentar o dia escolhido para a realização da presente sessão atendendo a que era dia de semana e no dia seguida havia Membros que teriam que trabalhar, impedindo alguns membros de estarem presentes. -----

Posteriormente, reportando-se ao slogan “Fafe, Sala de Visitas do Minho”, alertou para o mau estado de conservação das rotundas existentes em duas rotundas à entrada da cidade, na saída da auto-estrada, cujo aspecto deturpava a essência da mensagem do slogan. -----

Posteriormente e na sequência das medidas tomadas no sentido de redução da factura eléctrica, alertou para a existência de algumas passadeiras na cidade sem iluminação, mencionando que se deveria poupar no supérfluo e não em bens essenciais, afirmando que, para a segurança dos peões, deveria haver pelo menos uma iluminária junto às passadeiras. -----

Solicitou ainda esclarecimentos sobre o pagamento das senhas de presença relativas às reuniões das comissões de análise do Turismo e Agricultura que ainda não tinha sido efectuado. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Simão Freitas**, eleito pelos IPF, para questionar o Presidente da Junta de Freguesia de Queimadela sobre o envio das convocatórias aos Membros que compunham a Assembleia de Freguesia de Queimadela, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”, para a sessão da Assembleia de Freguesia do mês em curso, mencionando que tinha informação de que os Membros ainda não tinham sido convocados salientando que era um mau exemplo a dar em termos de democracia. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Queimadela** para esclarecer que a convocatória tinha sido enviada no dia vinte e um de Junho do ano em curso, por correio. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Belarmino Costa**, do Grupo do PSD, que começou por esclarecer que a sua abstenção na votação da proposta de

aprovação de um voto de louvor à Cercifaf, respectivos atletas e treinadores, se deveu ao facto de ocupar um cargo dirigente na Instituição, salientando, no entanto, que corroborava todos os considerandos da proposta. -----

Posteriormente, solicitou esclarecimentos sobre a situação do pagamento das senhas de presença. -----

Perguntou, ainda, se havia desenvolvimentos sobre a situação do estacionamento abusivo existente entre a Rua Ponte do Ranha e Rua António Sérgio, cujos alertas foram efectuados na sessão anterior. -----

Reportando-se ainda a uma questão também levantada na última sessão e respectiva resposta dada pelo Presidente da Câmara, sobre os idosos que vivem isolados, perguntou se havia desenvolvimentos que pudessem ser partilhados com a Assembleia Municipal. -----

Por fim e reportando-se às obras que usualmente se realizam no período do verão, alertou para a situação da sinalização dos cortes das vias denunciando uma situação concreta sobre a falta de sinalização da impossibilidade de acesso à entrada de Fafe pela rotunda do monumento ao 25 de Abril, mencionando que não existia qualquer informação sobre esse corte, nomeadamente, na Rotunda de Fornelos. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Orlando Leite**, do Grupo do CDS-PP, para solicitar esclarecimentos sobre o ponto de situação do relatório apresentado pela Comissão de Análise do Turismo, concretamente, se a Câmara tinha aproveitado as sugestões constantes do relatório e se iriam tê-las em conta no próximo Plano de Actividades, incluindo-as no Orçamento. -----

Questionou, ainda, sobre o ponto de situação das obras na Avenida das Forças Armadas e principalmente sobre as obras desde a Rua dos Aliados à Rotunda do Monumento 25 de Abril. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre a situação das águas dos fontanários públicos, nomeadamente, se estavam a ser efectuadas análises regularmente e se, relativamente à água que estava imprópria para consumo, estavam a colocar avisos nesse sentido. -----

Comentou, ainda, o facto de a Câmara defender como grande prioridade a realização das obras da Feira e Mercado Municipal, constantes das Parcerias Público Privadas, quando em Assembleias anteriores advogavam como prioridade das prioridades o saneamento básico, questionando se essa

alteração se devia ao facto de estar na forja a constituição da parceria com as Águas de Portugal, pelo prazo, que para o CDS-PP era impensável, de 50 anos. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, Vítor Silva**, que iniciou a sua intervenção agradecendo as felicitações de Raul Rebelo sobre os resultados eleitorais das Legislativas.-----

Teceu comentários sobre a vitória do PSD nas Legislativas, mencionando que tinha marcado início de um novo ciclo em Portugal e que fizera renascer a esperança, apesar do caminho ser estreito. -----

Referiu que José Sócrates e o PS, grandes responsáveis pela situação de pré-falência a que o País tinha sido conduzido, tinham sido inequivocamente derrotados. -----

Mencionou que, na noite da vitória, o PSD tinha demonstrado humildade democrática e a tranquilidade de quem conhecia o enorme trabalho que se avizinhava para salvar Portugal, mas que com determinação sabiam que era possível. -----

Salientou a importância do restabelecimento de confiança em Portugal, dotando, dessa forma, o País de um Governo forte do ponto de vista programático, coeso na acção, garantindo estabilidade política para os próximos quatro anos. -----

Salientou a importância do cumprimento de medidas necessárias para a construção de um futuro melhor. -----

Afirmou, ainda, que o Primeiro-ministro e o Governo iriam saber compatibilizar as medidas duras que teriam que ser tomadas com um caminho que era estreito assente num diálogo social e na firmeza de princípios e valores.-----

Mencionou, também, que os resultados eleitorais tinham demonstrado o inequívoco sentimento de mudança dos portugueses através de uma maioria expressiva. -----

Reportando-se aos resultados eleitorais de Fafe, mencionou que também em Fafe se tinha verificado o sentido de mudança, de que era possível apresentar uma realidade de mudança contando com o trabalho profícuo dos partidos da oposição que no presente momento tinham uma posição mais privilegiada com o Governo de Portugal, podendo constituir uma voz importante na ajuda ao concelho e sua população. -----

Terminou referindo que esse era um trabalho que poderia ser realizado em Fafe, tanto mais que Fafe contava com mais um deputado eleito, indicado pela concelhia de Fafe do PSD, que iria ser uma voz importante no concelho, na defesa dos seus interesses e da sua população. -----

-----De seguida, interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, que começando pela governação local, deu conhecimento da recente publicação do Anuário Financeiro do Municípios relativamente ao exercício de dois mil e nove, realçando o ranking global de eficiência financeira. Enumerou os indicadores de ponderação do grau de desenvolvimento, salientando que, com base nesses indicadores, Fafe estava no décimo segundo lugar a nível nacional (tendo em conta municípios de média dimensão) e era o primeiro município do distrito de Braga. -----

Nesse sentido, salientou a qualidade da gestão autárquica do Executivo socialista, afirmando que dessa forma se explicava a vitória do PS em Fafe, apesar dos diferentes resultados verificados no País. -----

Comentou a estranha maneira que o Primeiro-ministro tinha tido para restaurar a confiança ao anunciar um imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal no primeiro dia na Assembleia da Republica, de que nunca tinha falado na campanha eleitoral, assim como no ano anterior. -----

-----Posteriormente retomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos** que, reportando-se ao Anuário Financeiro dos Municípios, lamentou os critérios utilizados para a ponderação do grau de desenvolvimento, afirmando que com outros critérios como as infra-estruturas de saneamento ou o nível de emprego/desemprego em Fafe, seria importante verificar a classificação do concelho. -----

Sobre o Governo de Portugal mencionou que o anterior Governo socialista tinha andado a enganar as pessoas escondendo uma realidade com que o país se estava a confrontar. Afirmou, ainda, que o actual primeiro-ministro tinha falado de uma forma séria, dando conta das dificuldades e esforço que cada português tinha que fazer. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Fernando Marinho**, eleito pelos IPF, para, relativamente ao Anuário, referir que concordava com o que Raul Rebelo tinha mencionado e felicitou o Município por isso, questionando, no entanto, sobre o motivo porque Fafe ia constituir as Parcerias Público Privadas. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Sobre o corredor verde afirmou que estavam a ultimar o projecto e que aguardavam a abertura de candidaturas do QREN no sentido de candidatarem essa obra. -----

- Sobre os requerimentos relativos às questões de saneamento e licenciamento de obras afirmou que as respostas já tinham sido fornecidas e remetidas para os serviços da Assembleia; -----

- Quanto à questão do licenciamento zero concordou com o referido por Fernando Marinho, mencionando que o Serviço Jurídico estava a fazer as alterações necessárias relativamente à adaptação dos regulamentos no sentido de acolher as alterações; -----

Acolheu como boa a sugestão de simplificação no processo de licenciamento de publicidade. -----

Relativamente às Parcerias Público Privadas mencionou que na qualidade de Membro da Assembleia Municipal, Fernando Marinho podia consultar todo processo. Afirmou, ainda, que era por ter boas condições financeiras que podiam fazer a parceria. -----

Salientou que não estavam com pressa de executar os projectos constantes na Parceria mencionando que seriam executados na altura própria, assim como tinham intenção de cortar nos projectos das Parcerias, de forma a diminuir o valor da parceria. -----

Afirmou que não tinham mudado de prioridades e alertou para o facto do saneamento não estar incluído nas Parcerias. -----

- Concordou com a falta de limpeza das rotundas mencionadas, mas informou que não eram propriedade da Câmara. Afirmou que as respectivas entidades tinham sido contactadas no sentido de se fazer a transferência das rotundas para o Município, no sentido da Câmara efectuar o seu arranjo urbanístico. Informou também que, periodicamente, notificavam as respectivas entidades para procederem à limpeza das rotundas e que recentemente tinha sido enviada nova notificação nesse sentido. -----

- Quanto à iluminação pública mencionou que o Senhor Vereador Eng.º Vítor Moreira estava a verificar possíveis alterações; -----

- Afirmou que ia verificar o que se passava com o pagamento das senhas de presença das comissões. -----
- Sobre a questão das senhas de presença afirmou que iam pagar as senhas até à recepção do parecer das Finanças; -----
- Quanto aos estacionamento abusivos, pediu desculpa porque não estava a recordar o assunto, solicitando que Belarmino Costa, no final da sessão ou junto aos serviços, pudesse especificar no sentido de mandar verificar. -----
- Sobre o programa dos idosos informou que estava a ser finalizado, explicando que a ideia era a da existência de um cidadão próximo (vizinho) que, de alguma forma, fosse “responsável” pelo idoso, no sentido de reportar qualquer “anomalia” à Câmara. -----
- Relativamente às obras e respectiva sinalização, mencionou que os desvios estavam devidamente sinalizados, explicando ainda da necessidade de terem efectuado o corte do trânsito junto à rotunda do Monumento do 25 de Abril;-----
- No que concernia ao Relatório do Turismo, mencionou que a Câmara tinha tomado conhecimento e remetido o relatório para a Naturfafa no sentido de que tenha em conta e desse seguimento a algumas iniciativas constantes do mesmo; -----
- Sobre as obras da Avenida das Forças Armadas afirmou que estariam concluídas até final de Junho; -----
- Quanto às obras da Avenida dos Aliados mencionou que o prazo de contrato era o final de Fevereiro de dois mil e doze, assim como a obra da Rua da Cumieira. Afirmou ainda que não tinha conhecimento de atrasos nessas obras.
- Relativamente à água dos fontanários informou que iriam colocar placa de “água não controlada” e iriam assumir o controlo de alguns fontanários como o do Passadouro; -----
- Teceu comentários à reacção do Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos relativamente ao Anuário Financeiro dos Municípios e respectiva posição do Município de Fafe no ranking nacional; -----
- Relativamente ao Saneamento e como estava agendado na Ordem de Trabalhos um ponto sobre o assunto, mencionou que faria os esclarecimentos aquando da discussão desse ponto. -----
- Mencionou, no entanto, que não era verdade que Fafe tivesse um atraso tão significativo em relação àquilo que era a média do País; -----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Câmara, usou da palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para mencionar que tinha abordado a questão da iluminação pública porque tinha conhecimento de causa e sabia que existiam alternativas e que a EDP podia pô-las em prática. Mencionou, ainda, que tinha que haver sensibilidade por parte da EDP e que o Executivo tinha que alertar para essa sensibilidade. -----

----- Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

-----Tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para alertar para o facto das obras na Avenida de S. Jorge, a via se encontrar em pior estado do que o que estava anteriormente à execução da obra, devendo por isso ser fiscalizada. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que a Câmara não iria receber a obra sem que estivesse em condições, agradecendo o reparo. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – *Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à desafecção de uma parcela de terreno sito no lugar da Torre, freguesia de Arões S. Romão.***-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto, em conformidade com os documentos distribuídos pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, usou da palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para lembrar que, em tempos tinha sido deliberado na Assembleia Municipal que, em casos semelhantes ao presente ponto, os documentos deveriam ser acompanhados de uma planta de localização do terreno. -----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente** para concordar com o alerta de Américo Castro e alertou os serviços para esse facto. -----

-----Seguidamente interveio **Simão Freitas**, eleito pelos IPF, para reiterar as palavras de Américo Castro mencionando que em situações futuras a planta deveria acompanhar o processo. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria.** -----

Passou-se ao **ponto Dois Ponto Três – *Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à cedência das Instalações da Escola EB1 de Cortinhas à Junta de Freguesia de Regadas.*** -----

-----Tomou a palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, para se congratular por a cedência se encontrar devidamente justificada, conforme tinha sido reiteradamente solicitado pelos eleitos pela lista Independentes Por Fafe. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

Seguidamente, passou-se **ao ponto dois ponto quatro – *Apreciação e votação da Proposta de Constituição de Parceria Pública entre o Estado Português e os Municípios da Região do Noroeste.*** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que começou por salientar que era sua vontade privilegiar o investimento no saneamento e que isso acontecia com a concretização da Parceria apresentada. Afirmou que a Parceria estava a ser trabalhada/negociada há muito tempo, explicando que as negociações se tinham prolongado demasiado tempo mas que no presente momento estavam todos em condições de a discutir, votar e avançar com ela.-- Lembrou que em dois mil e nove havia a perspectiva de um investimento no saneamento em Fafe, através da Parceria, na ordem dos quarenta milhões, porém devido à crise e às dificuldades económico-financeiras, o investimento foi reduzido, o que tinha levado à reformulação de todo o contrato e todos os estudos e adoptar uma estratégia na Parceria no sentido de apresentar programas para cinco anos. Explicou que em cada cinco anos, o Conselho da Parceria iria ajuizar e aprovar planos para os anos seguintes que iriam depender de entre muitas coisas, da existência ou não de fundos comunitários para os investimentos que se tornassem necessários fazer. -----

Enumerou os municípios que integravam a Parceria e respectivas taxas de cobertura de cada um deles, afirmando que Fafe se encontrava no meio da tabela. -----

Afirmou que, no contrato parassocial, ficava acautelado que, no caso de haver privatização das Águas de Portugal, os Municípios teriam direito de anular a parceria ou adquirir o capital social do accionista maioritário, assim como, a entrada de outro município que teria que ter a unanimidade. Informou, ainda,

que estava assegurado que, no futuro, no final da concessão da água se os Municípios pretendessem aderir à Parceria poderiam fazê-lo sem necessidade de deliberação dos outros parceiros. -----

Informou que no contrato apresentado estava previsto um investimento em Fafe na ordem dos sete milhões de euros. -----

Afirmou que os municípios que iam entregar infra-estruturas, como era o caso de Fafe, iriam receber uma renda, sendo que, no caso da constituição da Parceria avançar, o Município de Fafe iria abdicar da remuneração a favor do investimento. -----

Explicou que devido ao facto de nos Municípios aderentes as tarifas praticadas serem diferentes, estava convencionado um período de convergência de cinco anos e que, findos esses anos, a tarifa a cobrar nos vários municípios teria que ser igual para todo o sistema. -----

Sobre as taxas cobradas no Município de Fafe informou que estava a ser cobrado um euro e vinte por metro cúbico de água e que teriam que convergir para os dois euros e meio nos cinco anos seguintes. -----

Mencionou, ainda, que no final dos cinco anos estava prevista uma cobertura de sessenta e dois por cento. -----

Salientou que era sua pretensão que a parceria avançasse o mais rapidamente possível de forma a beneficiar dos fundos comunitários. -----

Explicou que ao entrar na Parceria ela iria ficar responsável por todo o sector de saneamento, pela instalação de sistemas onde a rede não chegava, de sistemas autónomos e também de um serviço de limpeza de fossas. -----

Terminou referindo que o presente sistema era um sistema solidário em que quem mais ganhava eram aqueles que menos consumidores/população tinham. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Simão Freitas**, eleito pelos IPF, para mencionar que eram da opinião que a Parceria era benéfica para Fafe e que sem ela grande parte das obras e infra-estruturas de saneamento não seriam possíveis. -----

No entanto fez dois reparos: O primeiro relativo ao facto de estar previsto que seria necessário setenta e cinco por cento dos accionistas para fosse tomada uma decisão e para alterar a percentagem de cada um ou a entrada de novos membros, salientando que esses setenta e cinco por cento corresponderiam

apenas a três das catorze partes que constituíam a parceria. Nesses termos, questionou sobre qual era a posição do Município de Fafe relativamente a decisões que poderiam ser tomadas no futuro e que não fossem tidos em conta os interesses do Município. -----

O segundo reparo prendia-se com o investimento, concretamente sobre o facto do Presidente da Câmara ter mencionado que ia investir a renda que supostamente o Município iria receber, questionando se estava previsto mais algum investimento e se existiam valores previstos para esse investimento adicional. -----

-----Posteriormente, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, Vítor Silva**, que começou por afirmar que a proposta em discussão ainda que pudesse e devesse merecer a aprovação, porque tudo o que era feito em prol da instalação da infra-estrutura de saneamento no concelho deveria ser valorizado e eram iniciativas que deveriam ser apoiadas, não podia deixar de merecer alguns reparos. -----

Nesses termos, realçou a importância da divulgação e explicação do assunto em análise à população, para que todos tivessem um conhecimento mais avalizado da situação e tudo o que estava pensado para o concelho para os próximos anos, assim como a abertura de um debate à população. -----

Mencionou que a proposta apresentada demonstrava aquilo que o PSD tinha vindo a defender, nomeadamente, que o PS pouco tinha feito no que concernia a saneamento. Mencionou que na rede de saneamento em baixa, Fafe era o concelho que estava em pior situação na zona do Ave e mesmo ao nível do País. -----

Afirmou, ainda, que mais de um terço das freguesias do concelho, depois de efectuado todo o investimento, não iriam ter cobertura de rede, questionando sobre quais seriam as soluções adoptadas relativamente a essas freguesias, salientando que o Município deveria assumir um compromisso. -----

Afirmou, também, que deveria ser realizada obra menos vista como o saneamento e que, ao longo dos anos, o Executivo Socialista poderia ter ido mais além e ter pensado em soluções para algumas freguesias. -----

Mencionou que se a Câmara tivesse efectuado mais investimento no saneamento estaria a lucrar muito mais com a cobrança das rendas. -----

Terminou colocando algumas questões sobre o grau de cobertura efectiva que se pretendia atingir nos próximos anos no concelho de Fafe; sobre o número de habitações/população que iria ser servida pela rede; o que estava preconizado em termos concretos para as freguesias que não estavam abrangidas pela rede e se o Município iria, junto das entidades que iam assegurar o presente investimento, assumir soluções de compromisso para as populações que no presente momento não estavam contempladas. -----

-----De seguida usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, que começou por afirmar que a discussão política sobre a pareceria deveria, no entendimento do PS, ser efectuada com base em determinados princípios: -----

- O princípio da protecção ambiental, mencionando que a drenagem e tratamento de águas residuais eram um factor fundamental ao nível da protecção dos recursos hídricos. -----

Afirmou que concordava que na actualidade a taxa de cobertura existente no concelho era insuficiente e que deveria ser rapidamente incrementada. -----

Lembrou ainda a importância da avaliação da viabilidade técnica, económica da construção de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais isolados para aglomerados populacionais que, pela sua zona geográfica, não eram susceptíveis de integrar o sistema devido a custos financeiros incomportáveis relativos ao alargamento das redes de drenagem. Afirmou que deveriam ser estudadas soluções isoladas para esses agregados populacionais. -----

- O princípio da sustentabilidade, mencionando que a receita gerada pelo tarifário cobrado na actualidade não era susceptível para suportar os custos reais dos Municípios, tanto no abastecimento de água como no saneamento básico. -----

Afirmou, ainda, que a integração num sistema multimunicipal garantia a obtenção deste serviço público fundamental a preços inferiores àqueles que necessariamente seriam praticados num sistema municipal. -----

Mencionou, também, que nada disso era impeditivo que a Câmara pudesse ter apoio social para agregados carenciados com dificuldades em suportar o período de convergência dos tarifários, necessário para a sustentabilidade do sistema. -----

- O princípio da racionalidade económica, salientando que o investimento em redes de drenagem e tratamento de águas residuais era extraordinariamente elevado e nesse contexto de contenção financeira muito difícil. -----
Afirmou que a Parceria permitia otimizar a utilização de fundos do QREN e garantia o investimento considerável no concelho, libertando fundos financeiros do Município que poderiam ser aplicados em outras necessidades do concelho. Terminou, afirmando que a parceria podia contribuir para a protecção dos recursos hídricos, garantir a sustentabilidade do sistema de saneamento básico e de otimizar os investimentos a realizar no concelho e que nesses termos o PS ia votar a favor. -----
-----Posteriormente, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, que começou por referenciar que o contrato apresentado mostrava aquilo que a Câmara os tinha habituado, a uma estratégia inteligente, tecendo alguns comentários. -----
Lamentou a inexistência de rede pública de saneamento nas freguesias e que a rede pública de água ainda fosse, ainda, muito escassa, salientando que nessa área o Município de Fafe estava muito mal. -----
Mencionou que Parceria que a Câmara se dispunha formalizar com a aprovação da Assembleia Municipal era um desafio positivo, porque comprovava que o saneamento de águas residuais era uma das grandes prioridades como sempre tinha sido dito. -----
Lamentou o facto do prazo para a execução da obra ser demasiado longo. -----
Teceu comentários à proposta apresentada, salientando que a execução da obra, durante um período de quinze anos iria aumentar apenas um ponto dois por cento, não progredindo. -----
Salientou ainda outros riscos constantes da proposta como o facto da cessação do contrato de parceria da entidade que iria gerir a parceria e respectivas consequências que daí pudessem ocorrer. -----
Alertou, também, para a possibilidade de, na conjuntura económico-financeira em que o País se encontrava, as Águas de Portugal pudessem ser privatizadas. -----
Mencionou, ainda, que o problema do saneamento em Fafe tinha o grande mérito de prosseguir um fim público, ao mesmo tempo de aliviar o erário municipal, assim como as rendas que a câmara ia receber poderiam ser

objecto de investimento. Terminou mencionando que apesar disso e dos riscos apontados o CDS-PP ia abster-se. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

- Relativamente à cláusula dos setenta e cinco por cento, afirmou que se referia apenas a aumentos de capital. -----

- Quanto ao investimento adicional afirmou que estavam a preparar um conjunto de projectos, admitindo lançá-los no caso de haver atraso na Parceria, admitindo, ainda, concorrer ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT), apesar da Parceria. -----

Mencionou que se a Parceria não andar ao ritmo que esperavam já estavam e iriam dar prioridade a todas as ligações que já eram possíveis fazer-se e onde havia rede instalada e respectivo destino final. -----

Afirmou, também, que havendo possibilidade de concorrer a fundos na área do saneamento o fariam apesar do presente contrato. -----

Mencionou que já tinham uma zona relativamente aos locais onde se iria intervir, não havendo, ainda, projectos e, nesses termos, não estava em condições de responder em concreto às questões colocadas por Vítor Silva, salientando, contudo, que logo que tivesse essa informação informaria a Assembleia. -----

Mencionou que a empresa que decorria da Parceria iria encontrar soluções e que os Municípios teriam uma palavra na selecção e na priorização dos investimentos. -----

Afirmou que haveria soluções isoladas, tipo estações compactas e outras para determinados aglomerados, para resolver o problema sem pensar em grandes extensões de rede. -----

Terminou, mencionando que a estratégia do planeamento a cinco anos e a concertação e elaboração por mais cinco anos se devia ao desconhecimento sobre o que reservavam os próximos quadros comunitários, daí a estratégia de aprovar planos a cinco anos. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Augusto Rodrigues de Sousa**, do PSD, que começou por se congratular pelo facto de passados muitos anos a Câmara ter acordado para a realidade que era a necessidade de saneamento

básico, referindo, no entanto que a forma como o tinha efectuado deixava muito a desejar. -----

Mencionou que se o Presidente da Câmara tivesse conduzido o processo de forma transparente, com a intervenção e o envolvimento dos restantes Membros quer da Câmara quer da Assembleia Municipal o documento seria melhor e a democracia ficaria grata. -----

Mencionou que não era com daquela forma de negociar, em que tudo era feito em segredo, que se protegiam os interesses dos munícipes, mas sim com o envolvimento deles. -----

Afirmou que eram as decisões colegiais que fortaleciam e permitiam a vivência em democracia, sendo que as decisões solitárias eram aquelas que proporcionavam tudo, menos a transparência e a existência de democraticidade. -----

Sobre a renda que o Município iria obter em investimentos, questionou sobre de quem tinha sido a decisão e com que legitimidade. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o custo mensal que os agregados familiares iriam suportar com o benefício dessa estrutura e quais seriam as freguesias que iam continuar sem rede pública de saneamento. -----

Por fim teceu comentários sobre os lugares que iriam ser ocupados na empresa da Parceria, concretamente sobre a possibilidade do Presidente da Câmara ocupar um lugar na estrutura que se iria criar. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara** que começou por prestar uma informação adicional, nomeadamente que iriam seguir algumas das indicações do regulador e nesse sentido os ramais de ligação iriam deixar de ser pagos até um determinado limite. -----

Posteriormente, voltou a esclarecer qual a tarifa de saneamento praticada. -----

Sobre as rendas, mencionou que, conforme indicavam os documentos, eram fixadas através de uma percentagem do valor das infra-estruturas que seriam transferidas para a empresa. -----

Rejeitou as insinuações sobre o segredo, a falta de transparência e clareza nas negociações, afirmando que já tinha dado conta da preparação deste assunto à Assembleia Municipal. -----

Quanto aos cargos realçou a preocupação do PSD sobre aquilo que o Presidente da Câmara iria fazer quando deixasse a Câmara. -----

-----Por fim, voltar a intervir **Augusto Rodrigues de Sousa**, para mencionar que tinha registado as observações, afirmando que era frontal. Mencionou que tinha efectuado afirmações sérias e não fazia afirmações gratuitas. Terminou mencionando que desconhecia que o Presidente da Câmara se melindrava com as suas declarações. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com três abstenções.** -----

-----Terminado o período da ordem do dia, tomou a palavra a **Presidente da Mesa** para dar a palavra ao público. Não havendo intervenções perguntou se havia alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à acta da sessão anterior. Não havendo, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção.** -----

Por fim procedeu-se à leitura da minuta da presente reunião. **Colocada a votação, foi aprovada, por maioria, com duas abstenções.** -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e quatro horas.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---